
O MORRO DO BOREL E A MEMÓRIA MATERIAL: PERCEPÇÕES SOBRE O PASSADO A PARTIR DO LIVRO DE UM MORADOR NO CONTEXTO DA CONSOLIDAÇÃO DAS FAVELAS NO RIO DE JANEIRO DURANTE A ABERTURA POLÍTICA

BOREL'S SLUM AND MATERIAL MEMORY: PERCEPTIONS ABOUT THE PAST FROM A RESIDENT'S BOOK IN THE CONTEXT OF SLUMS' CONSOLIDATIONS DURING THE OPENING POLICY

DOI: <http://dx.doi.org/10.15448/2178-3748.2015.2.18495>

Mauro Amoroso
Doutor – UERJ
amoroso.mauro@gmail.com

Resumo: O objetivo do presente artigo é analisar a construção, as representações e os usos políticos de um suporte material para a memória de moradores de favelas, a partir de um caso específico ocorrido no Morro do Borel, favela do Rio de Janeiro. Trata-se do livro “As lutas do povo do Borel”, escrito por Manoel Gomes, antigo e já falecido morador local, ligado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), e lançado em 1980. A obra é um relato sobre o histórico de mobilização dos moradores dessa favela, desde os anos 1950, e o processo de resistência dos mesmos contra ameaças de remoção. Escrita e editada em um período de reconstrução da democracia e da participação política de diferentes grupos ligados ao movimento social, constitui um interessante caso para reflexão sobre o papel desse tipo de relato, bem como sua inscrição em um suporte material, para a construção de representações acerca dos moradores desses espaços e para o debate sobre a participação dos mesmos na construção de discursos sobre o passado, bem como o uso político desses.

Palavras-chave: memória; favelas; Rio de Janeiro

Abstract: The aim of this paper is to analyze the construction, representations and political uses of a support material for the memory of slum dwellers from a specific event occurred in Morro do Borel, in Rio de Janeiro. This is the book "The struggles of the people of Borel", written by Manoel Gomes, former and deceased local resident, tied to the Brazilian Communist Party (PCB), and released in 1980. The book is an account of the history of mobilization residents of this slum since the 1950s, and the process of resistance against the same threats of removal. Written and edited over a period of rebuilding democracy and political participation of different groups linked to social movement, is an interesting case to reflect on the role of this type of reporting, as well as its application on a physical medium, for the construction of representations concerning the inhabitants of these spaces and the debate about their participation in the construction of discourses about the past, and the political use of these.

Keywords: memory; slums; Rio de Janeiro

O objetivo deste artigo é debater os significados de uma memória material, entendida como uma memória registrada em suporte físico, sobre o morro do Borel¹ a partir do livro

¹ A favela do Borel, também conhecida como Morro do Borel, localiza-se na Tijuca, um dos mais tradicionais bairros de classes média e alta, situado na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. A ocupação do Morro data das décadas de 1910, 1920, sendo o mesmo situado em frente a uma fábrica de rapé do século XIX que viria a se

“As lutas do povo do Borel”, de autoria de Manoel Gomes, já falecido morador local². Desse modo, será realizada uma reflexão sobre as formas de registro desse discurso sobre o passado, o sentido de se abordar o grupo cuja história é relatada. A obra, de 73 páginas e editada pela livraria e editora Muro, ligada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), expõe as atividades da União dos Trabalhadores Favelados (UTF), entidade a qual o autor pertenceu, chegando a fazer parte de sua diretoria e ocupando papel de destaque. Possui, igualmente, prefácio de Luiz Carlos Prestes.

A UTF foi uma das primeiras entidades representativas de moradores de favelas a apresentar uma proposta de articulação de associações de moradores desses espaços. Influenciada pelo Partido Comunista, surgiu em 1954, como resultado de uma ação de despejo movida contra os moradores do Borel. O objetivo da União foi a mobilização pela permanência e reivindicação por melhores condições de moradia, através da unificação de questões relativas a habitação e emprego (LIMA, 1989, FISCHER, 2008, GONÇALVES, 2013, AMOROSO, 2014). Também através dessa associação, a UTF travou contato com o advogado Antoine de Magarinos Torres, figura central para a definição de objetivos e reivindicações, assim como na organização de atos de protesto, passeatas e vigílias³. Com a ditadura de 1964 e o contexto de repressão política que se instala, a UTF é obrigada a mudar seu nome para União dos Moradores do Morro do Borel (UMMB).

Desse modo, dois conceitos são fundamentais para o desenvolvimento da presente análise: “memória” e “usos políticos do passado”. Paul Ricoeur conceitua memória como uma

tornar a fábrica da conhecida marca de cigarros Souza Cruz. O bairro da Tijuca foi conhecido por possuir equipamentos culturais diversos, dentre os quais destacamos os cinemas de rua, que já não mais existem, e também, até a década de 1970, diversas fábricas (CARDOSO, VAZ, ALBERNAZ, AIZEN & PECHMAN, 1984). Essas fábricas foram importantes para o surgimento de certas favelas no local, dentre as quais o próprio Borel, sendo que a fábrica da Souza Cruz chegou a empregar grande parte da população local, até seu fechamento no início dos anos 1990 (AMOROSO, 2014). A favela ocupa uma área de 353.226 m², e, segundo dados do Censo do IBGE de 2010, possuía aproximadamente 7.500 moradores e 2.165 domicílios. Para fins de comparação, o Índice de Desenvolvimento Social (IDS), criado pelo Prefeitura do Rio de Janeiro em moldes semelhantes ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), do Borel é de 0,491, enquanto o da Tijuca é de 0,729 (esses dados podem ser consultados em <http://www.portalgeo.rio.rj.gov.br>, visto em 13/11/2014).

² Infelizmente, existem poucos dados biográficos sobre Manoel Gomes. Em minha pesquisa, através de conversas com moradores locais mais antigos, obtive apenas as informações que ele morou grande tempo no local, sendo de uma família antiga da favela, de onde se mudou já com certa idade. Não existe mais nenhum parente seu residindo no Morro, e os que o conheciam perderam contato com seus familiares. Porém, pelo fato de ser autor do livro em análise, além do que foi apurado em fontes primárias, é notório o papel de destaque que Manoel Gomes teve na vida associativa e política da favela entre os anos 1950 e 1960.

³ Nesse contexto, deve-se destacar um processo de despejo movido contra o Borel em 1954, que foi o estopim para a criação da UTF, que ultrapassou as fronteiras do Borel e chegou a ser uma das mais atuantes entidades associativas em favelas nos anos 1950 e início dos anos 1960. No tocante ao Borel, esse processo de despejo só foi solucionado no início dos anos 1980, durante o governo estadual de Leonel Brizola (1983-1987), com a área sendo desapropriada para que seus moradores fizessem parte do programa Cada Família Um Lote (CFUL), principal ação para buscar uma regularização da questão da posse em favelas no Rio de Janeiro. Sobre o impacto desse governo nas favelas ver GONÇALVES, 2013.

ferramenta fundamental para dar sentido ao passado. Apesar de ser um processo singular, seu produto, ou seja, o que é lembrado, se compõe pela pluralidade. Seu sentido é dotado de polissemia. Por isso, Ricoeur propõe uma fenomenologia da percepção, visando alcançar um conhecimento sólido e confiável sobre a sociedade a partir da memória, a despeito de sua polissemia (RICOEUR, 2000). Essa reflexão aponta a memória como um ato intelectual, de caráter processual, de dotação de sentido. Desse modo, é importante a colocação da *memória enquanto fenômeno construído*, partindo de um nível individual, utilizando processos conscientes ou inconscientes, e influenciada pela conjuntura presente a partir da qual é articulada, conforme análise de Pollak (1992).

Sobre a noção de “usos políticos do passado”, François Hartog e Jacques Revel (2001) lembram que questionamentos sobre os usos políticos do passado constituem uma reflexão tradicional dentro das gerações de historiadores que eles denominam de pós-rankeanos. Toda versão histórica estaria atrelada a um caráter político, latente nos entrecruzamentos de discursos articulados por interesses específicos. Desse modo, há a existência de fins e interesses divergentes por trás do uso de instrumentos teóricos comuns para se narrar, interpretar o mesmo fato. O historiador deve estar ciente de tal situação para refutar interpretações levianas de fatos históricos sem, entretanto, ignorar a influência das preocupações de sua própria atualidade sobre sua produção.

Dentre os sujeitos que demandam respostas da produção historiográfica estão os grupos sociais. Com relação a este último segmento, a função do historiador é tornar público debates e questionamentos, contribuindo, igualmente, para que os componentes da sociedade geralmente sem acesso aos instrumentos de elaboração de versões sobre o passado possam participar ativamente dessa prática discursiva e interpretativa. Marie-Claire Lavabre (2001) também atenta para quando a evocação do passado ocorre não apenas por interesse de construção do conhecimento, mas para obtenção de legitimidade, comemoração e evocação de identidade, o que sublinha as possibilidades para usos políticos de diferentes versões sobre o passado.

Assim, é fundamental compreender como a memória presente no livro de Manoel Gomes pode-se constituir em uma estratégica ferramenta política para a afirmação da identidade política dos moradores desses espaços, sem que se ignore os conflitos e disputas internas de diferentes discursos do passado nesse mesmo grupo social. E como o suporte material para essa memória, ou seja, o próprio livro em si, seus significados e processo de elaboração, é um importante elemento para o entendimento desse objeto.

O surgimento das *favelas consolidadas*

As mudanças ocorridas a partir do final dos anos 1970 marcarão o início de uma nova conjuntura para o relacionamento entre as favelas e a cidade do Rio de Janeiro, bem como o modo em que aquelas passarão a ser pensadas pelo poder público, cuja abordagem para tais espaços começará a ser redimensionada em uma postura que apresentará maior solidez a partir da década de 1990. Desse modo, nota-se o aparecimento, no léxico das autoridades governamentais, de uma nova categoria para tratar essas áreas, a *favela consolidada*, conforme apontado por Mariana Cavalcanti (2007). O que marcaria essa nova denominação seria a maior presença de construções em alvenaria, maior oferta por serviços públicos em contraponto à crescente presença e atuação do tráfico de drogas, bem como as consequências decorrentes desse convívio.

Nos anos 1990, notamos a adoção mais sistemática de uma abordagem governamental, iniciada na administração estadual de Leonel Brizola (1983-1987), que busca uma aproximação maior com as favelas no que diz respeito a políticas que não mais objetivem sua erradicação, além de uma nova abordagem policial para esses espaços. Contudo, essa busca ocorreu em paralelo à caracterização desses locais por setores da sociedade, a exemplo de jornais de grande circulação, que os viam como se fossem de domínio exclusivo do narcotráfico, quando não polo irradiador. Essa caracterização acabou por reforçar fronteiras espaciais e sociais, gerando uma série de tensões que afetam percepções sobre essas áreas, à medida que compromete a relação entre favelas e espaço urbano, tempo, valores pessoais, simbólicos e econômicos, trazendo consequências para diferentes esferas do cotidiano dos habitantes dessas áreas. Desse modo, a visibilidade política apresentada pela problemática das favelas dentro da conjuntura histórica mencionada acima, bem como o planejamento e a execução de melhorias materiais e urbanísticas em termos das políticas públicas do período, são embasadas pela visão desses locais como uma ameaça real à cidade e à sociabilidade de seus moradores.

Em meio a esses fatores, a denominação *favela consolidada* passa a figurar no vocabulário de responsáveis pela concepção e execução de políticas públicas voltadas para essas áreas, mas não como uma categoria construída a partir de um debate intelectual mais aprofundado, nem como uma noção claramente definida. De uma maneira geral, uma favela pode ser entendida como “consolidada” quando apresenta considerável infraestrutura,

mercado imobiliário, em sua maioria informal ou ilegal, ou demais características que a credenciem como Zonas Especiais de Interesses Sociais (ZEIS)⁴ (CAVALCANTI, 2007).

Assim, pode-se afirmar que as favelas consolidadas são frutos de uma conjuntura específica, iniciada na virada dos anos 1970 para 1980, mas que pode ser mais bem percebida na década seguinte, de um regime diferente de regulação e apropriação da posse da casa de baixa renda, permeado por fatores conjugados como crises econômicas, ajustes políticos e o próprio abandono da política das remoções dos anos 1960 e 1970, dentre outros fatores.

O meu interesse na discussão sobre a ideia de *favela consolidada* levada a cabo por Mariana Cavalcanti se deve a três fatores. O primeiro diz respeito à periodização histórica na qual se desenvolve o fenômeno observado pela autora. Além da reorganização do movimento associativo de favelas, articulada à atuação de grupos opositores à ditadura, assim como o antigo PCB⁵, o período que se inicia em meados da década de 1970 revela mudanças com relação a esses próprios espaços. De fato, esses dois fatores não devem ser considerados isoladamente, uma vez que, certamente, a retomada do associativismo em novos moldes, de acordo com a caracterização do que Mario Brum (2006) denominou *associativismo de resistência*⁶, certamente contribuiu para a *consolidação*, seja através da realização de mutirões, seja através da mobilização por reivindicações de melhorias e acesso a bens de infraestrutura urbana, como saneamento, eletricidade e rede de água. Essa periodização abrange algumas das principais mudanças conjunturais que permeiam a forma como as favelas se relacionam e são percebidas pela cidade, além de influenciarem as formas de mobilização interna e as relações sociais de seus moradores, contendo, justamente, o processo de elaboração dos dois produtos de memória que são o objeto de estudo desta pesquisa. O segundo fator de interesse se relaciona à maior possibilidade de permanência das favelas no espaço urbano, sinalizada pela nova direção adotada pelas políticas públicas no que dizem respeito a essas áreas. De meados para o final dos anos 1970, temos o abandono do programa

⁴ Para uma definição do que seriam as ZEIS e sua relação com o planejamento de execuções e intervenções em favelas, ver GONÇALVES, 2013.

⁵ Fundado em 1922, o PCB foi muito presente nas favelas do Rio de Janeiro nos anos 1940 e 1950, com o intuito de formar células de atuação. Um exemplo da disputa entre atores políticos para atuar perante os moradores de favelas é a criação da Fundação Leão XIII (1947), sob a justificativa de “subir as favelas antes que delas desçam os comunistas”, e da Cruzada São Sebastião (1955), ambas ligadas à Igreja Católica e criadas a partir de diferentes arranjos, mas com o intuito de realizar ações sociais nas favelas (LEEDS & LEEDS, 1978, FISCHER, 2008, GONÇALVES, 2013). Para a atuação dos comunistas junto às favelas, ver FISCHER, 2008, GUIMARÃES, 2009, GONÇALVES, 2013. Para um debate mais aprofundado sobre o PCB, ver PANDOLFI, 1995.

⁶ O autor caracteriza essa nova forma de mobilização nas favelas através de uma postura mais marcada de oposição ao governo, tanto estadual quanto federal, e de uma plataforma de renovação do movimento associativo de favelas pelo viés mais combativo.

de remoções⁷ em um quadro de falência administrativa e financeira da proposta, além do desgaste social causado pela mesma (VALLADARES, 1978, ABRANTES, 1986).

Ou seja, estamos tratando de um quadro no qual a ameaça remocionista, tão presente nos anos 1960, começa a tomar cores mais brandas, levantando possibilidades mais concretas para a reivindicação do direito à permanência. Porém, o abandono de uma política de erradicação não significa a aceitação da existência das favelas pela sociedade como um todo, nem o acesso a uma situação jurídica de legalidade plena e garantia de posse. Com referência a esse último elemento, o que notamos é uma relação de ambiguidade, existente em períodos anteriores, entre o poder público e as favelas no que diz respeito ao estatuto jurídico destas, no qual não há a regularização fundiária *stricto sensu*, ao mesmo tempo em que não proíbe estritamente esses espaços, abrindo brechas para relações personalistas e de troca de favores permeadas por interesses e atores políticos diversos (FISCHER, 2008, GONÇALVES, 2013). Mesmo assim, o fim progressivo da chamada “era das remoções” não deve ser visto como algo de pouco valor.

A mobilização por reivindicações de infraestrutura de moradia e pelo direito à permanência é um elemento simbólico central para o imaginário dos moradores do Borel, sendo que seu processo de despejo, anteriormente mencionado, data de, aproximadamente, dez anos antes da política de remoções iniciada na administração de Carlos Lacerda (1960-1965) (CAVALCANTI, 2007). A importância dessa mobilização pode ser conferida pelo modo como esses moradores se referem a um “tempo das lutas” (*idem*, 2007, p. 137) como uma era específica associada à ética e ao trabalho duro, em um contexto de resistência contra o despejo a partir da fundação da União dos Trabalhadores Favelados, associando valores à construção material dessa favela e privilegiando o papel de sua associação de moradores, a própria UTF, na vida cotidiana e nas realizações e melhorias materiais. A partir dessa concepção, podemos notar como a questão da permanência é cara para esses indivíduos, sobretudo as gerações que participaram de todo esse processo mobilizatório.

O terceiro e último fator inerente à noção de *favela consolidada* para o qual gostaria de atentar diz respeito à temporalidade. A consolidação de uma favela é um processo espaço-temporal e, por isso, dotado de historicidade. A passagem do tempo não é notada apenas pela

⁷ O programa de remoções foi a principal postura estatal para as favelas do Rio de Janeiro na década de 1960 até meados da de 1970. Pode ser dividida em duas fases: a primeira diz respeito à administração de Carlos Lacerda (1960-1965) no então recém-criado estado da Guanabara, a partir de 1962. A segunda apresenta o governo federal tomando à frente da postura a partir de 1968. O saldo total do programa, em duas fases, é estimado em cerca de 142 mil pessoas removidas e 87 favelas erradicadas, a maioria dessas localizadas na zona sul carioca, área de maior valor imobiliário da cidade (VALLA & GONÇALVES, 1986, p. 91, PANDOLFI & GRZYNSZPAN, 2002, p. 245).

conjuntura externa às favelas, no que diz respeito a aspectos sociais e políticos mais amplos, ou pela organização social. As modificações nas moradias também são elementos perceptíveis dessa historicidade. As habitações são elementos que criam significados distintos e se posicionam de acordo com sua conjuntura histórica, revelando diferentes formas de estar no mundo e de morar nas favelas (CAVALCANTI, 2007). Ou seja, cada espaço de moradia contém seu vestígio da passagem do tempo, revelando funcionalidades e simbolismos, além de ser um suporte da memória pessoal e coletiva. Devido a essa historicidade, cada modificação se constitui em uma fonte para o estudo histórico dos processos dessas localidades.

Das transformações das habitações e da infraestrutura local pode-se extrair uma série de discursos sobre o passado, alicerçados pela memória, dos quais “as lutas do povo do Borel” é um exemplo. Desse modo, ao tratarmos de um livro sobre a constituição do movimento associativo da favela do Borel, bem como sobre a ampla mobilização contra a ameaça de despejo, não estamos lidando apenas com uma visão sobre disputas no espaço urbano, mas com uma forma de construir discursos e interpretar o passado, conduzida por um ator que participou ativamente desse processo.

Visões sobre o passado: a escrita da história e os grupos sociais

Temos observado cada vez mais debates sobre temas históricos tornados públicos, não necessariamente tendo acadêmicos e demais intelectuais como seus agentes principais. Assim, grupos muitas vezes sem acesso à veiculação de sua versão sobre fatos passados, como minorias étnicas ou sociais, têm obtido a possibilidade de escrever sua própria história. Esse movimento tem propiciado o aparecimento de novas formas e lugares para a produção do conhecimento para além da universidade ou outros polos do pensamento acadêmico.

Portanto, no processo de construção de identidades, pode-se notar o fenômeno no qual cada vez mais há a incorporação de grupos tidos como marginais à memória nacional, a partir de sua mobilização em um contexto de construir caminhos para obtenção de direitos. Essa situação tem alterado a noção de patrimônio histórico e cultural (GRYNSZPAN & PANDOLFI, 2007) na medida em que novas memórias têm reivindicado seu quinhão de existência na arena pública (HEYMANN, 2007).

No Brasil, o campo editorial se estabeleceu como importante esfera para uma memória de oposição ao regime militar, através de denúncias sobre torturas, principalmente a partir de

meados da década de 1970, com a publicação de muitos depoimentos de militantes sobre o tema⁸. Nesse cenário histórico, podemos observar uma crítica instrumentalizada pela *literatura política*, cujo florescimento é marcado pela atuação das *editoras de oposição* (MAUÉS, 2009). Desse modo, nos encontramos diante de um contexto fértil para o surgimento de obras como a de Manoel Gomes. No que se refere ao mercado editorial, esse quadro é caracterizado pela existência de *circuitos de comunicação* (DARNTON, 1990), elemento presente no processo de elaboração de livros que abarca a atuação de diferentes sujeitos, como autores, editores, distribuidores e leitores. No tocante à livraria e editora Muro, responsável pelo livro de Manoel Gomes, estamos tratando de um caso no qual uma proposta editorial encontra-se inserida em um projeto político mais amplo, pertencente a um segmento específico de uma agremiação partidária, dotado de concepções próprias acerca dos caminhos para a retomada da normalidade democrática no Brasil.

Porém, para além daqueles que se mobilizaram contra as ditaduras militares, mais grupos sociais têm praticado o uso da memória e do passado como ferramenta para a obtenção de benesses convertidas em direitos de cidadania, seja através de ações administrativas, seja através da mobilização de sentidos positivos sobre sua imagem perante a sociedade, ou, ainda, do fortalecimento da coesão do próprio grupo (GRYNSZPAN & PANDOLFI, 2007). Tais fatores ocorreram em um quadro político maior de transição para a democracia, no qual o despontar desses discursos sobre o passado foi um dos elementos indispensáveis para a “restauração de uma esfera pública de direitos” (SARLO, 2007, p. 47), sendo necessário ressaltar que o uso político da memória difere de acordo com distintos contextos sociais, políticos e características históricas e culturais de cada grupo e cada caso (HEYMANN, 2007). A partir do final da década de 1970, já podem ser observadas iniciativas sobre memórias de moradores de favelas, a exemplo da obra “Varal de lembranças”, organizada pela antropóloga Lygia Segala e com o apoio da União Pró-Melhoramentos dos Moradores da

⁸ Embora o livro “Torturas e torturados”, de Márcio Moreira Alves, lançado em 1966 pela editora Idade Nova, seja um marco nesse sentido, as principais obras datam dos anos 1978 e 1979, como “Tempo de Ameaça: autobiografia política de um exilado”, de Rodolfo Konder, lançado em 1978 pela Alfa-Ômega, e “131-D Linhares: memorial da prisão política”, de Gilney Amorim Viana, pela editora História em parceria com o Comitê Brasileiro pela Anistia e com o Movimento Feminino pela Anistia (MAUÉS, 2009, p. 9-10). Ainda sobre o livro como uma ferramenta política crítica ao governo militar, podemos igualmente mencionar livros de memórias de líderes políticos cujas figuras possuem um significado oposicionista, a exemplo das “Memórias”, de Gregório Bezerra, membro histórico do PCB, lançadas pela Civilização Brasileira em dois volumes de 1979 e 1980, respectivamente, e o “Memória Camponesa”, editado pela Marco Zero em 1982, que relata as memórias do também integrante do Partido Comunista José Pureza, responsável pela organização de uma série de associações de lavradores no estado do Rio de Janeiro nos anos 1950. Desse modo, podemos perceber que o lançamento de um livro com as memórias de um antigo militante comunista da favela do Borel se insere em um contexto mais amplo de iniciativas críticas dentro do mercado editorial.

Rocinha (GRYNSZPAN & PANDOLFI, 2007). Também se encaixa nessas iniciativas o próprio livro de Manoel Gomes.

A partir dessas observações, podemos refletir sobre indícios de que esses discursos de memória articulados por diferentes grupos não constituiriam um dos aspectos de uma *cultura política* (BERSTEIN, 1997) mais ampla do período. No caso do Borel, a memória sobre o “tempo das lutas” (CAVALCANTI, 2007) é um importante elemento sobre o passado constituidor de uma identidade local (POLLAK, 1992). O livro de Manoel Gomes aborda justamente essa memória. Com isso, pode-se refletir sobre sua possível função de consolidar uma identidade relativa à mobilização, que remete aos tempos da UTF e à resistência às ameaças de despejo, bem como às melhorias de infraestrutura conquistadas, ou assim vistas como, por seus moradores. Ou seja, são fatores que constituem importantes códigos e referências relativas a um grupo, e remetem a uma tradição de atuação política (BERSTEIN, 1997).

De fato, as atividades da UTF chegam a fazer parte de uma memória familiar de alguns moradores do Borel, cujos familiares se envolveram na organização do movimento e na implementação de suas atividades. Chegavam a ocorrer encontros presenciados por crianças, uma vez que algumas reuniões, por vezes até de caráter informal, aconteciam em suas casas (depoimento de Ruth Barros⁹, 21/01/2009):

“(sobre sua infância) Eu me lembro das pessoas que moravam na comunidade, estavam sempre na minha casa, e eles falavam muito de política, disso, daquilo, principalmente em relação à comunidade. Estavam sempre falando em relação à comunidade, em relação ao que ia acontecer, à associação de moradores. Meu pai fazia parte da diretoria, então estava sempre falando”¹⁰.

Com a repressão que se segue após o golpe de 1964, é natural que uma memória de uma entidade representativa de moradores de favelas ligada ao PCB passe a se enquadrar, pelo menos em alguns aspectos, na ideia de uma *memória subterrânea* (POLLAK, 1989), uma vez que o histórico de atuação da UTF não encontraria um terreno fértil para ser transmitido de maneira ampliada através de diferentes suportes. Porém, é preciso atentar que o

⁹ Moradora nascida e criada no Borel, que a partir dos anos 1970 se tornará uma importante liderança local, realizando trabalhos junto à Igreja Católica e, futuramente, se tornando agente comunitária. É uma das idealizadoras do projeto Condutores de Memória, desenvolvido entre os anos de 1999 e 2006 e cujo um dos objetivos é o resgate e preservação da memória local. Para uma análise mais aprofundada desse projeto ver AMOROSO, 2014.

¹⁰ Tendo em vista seu ano de nascimento (1951), a depoente se refere às atividades da UTF, da qual seu pai foi membro.

silêncio, não importando em qual grau, sobre um dado assunto não implica sua inexistência ou aceitação passiva de sua negação.

Assim, podemos falar em uma memória, se não submersa, ao menos sem possuir um ambiente favorável para sua ampla veiculação, transmitida por meios de sociabilidade política ou informal, a exemplo das reuniões presenciadas pela depoente anteriormente citada ou das histórias contadas por sua mãe para seu irmão mais novo. Esse tipo de memória costuma emergir em momentos de reordenamento do campo político e de crises (POLLAK, 1989), podendo ser estabelecido um paralelo com o livro de Manoel Gomes, cujo processo de elaboração e lançamento editorial ocorreu justamente no momento em que, gradativamente, se consolidava a abertura política que culminaria no fim da ditadura militar.

Uma outra característica do fenômeno das *favelas consolidadas* é o surgimento de uma nova forma de lidar com o passado por parte dos moradores desses espaços, marcada por uma certa dose de otimismo e pela possibilidade de acúmulo de capital, ainda que por meio da informalidade, com a casa, cada vez mais seria construída em alvenaria. Esse quadro é fruto de um rearranjo de elementos como pobreza, ilegalidade e informalidade, além do próprio espaço urbano do Rio de Janeiro (CAVALCANTI, 2007), e a partir dele também se nota um uso específico do passado pela via da memória e de sua materialização através de um suporte. Este também passa a obter importância, pois se trata da inscrição física de lembranças que até então garantiam sua continuidade através, sobretudo, da oralidade, e passam, desse modo, a ser objetos de percepção sobre interesses políticos diversos em convívio.

O morro do Borel e a construção de uma memória material

O livro de Manoel Gomes não é apenas um relato sobre uma instituição representativa de moradores de favelas ou sobre a resistência dos habitantes do Borel à ameaça de despejo, mas um discurso sobre o passado feito pelo representante de um grupo específico de lideranças do Borel e sujeito a uma série de usos políticos. Parte desses usos estão relacionados a sua inscrição em um suporte físico, ou seja, sua transformação em memória material, sendo que o processo de construção desse suporte já é permeado por uma série de interesses concorrentes.

Um elemento que demonstra o caráter desse uso político é a própria concepção sobre a função do discurso acerca do passado que se pode notar presente na obra, a partir da imagem de seu prefaciador, o célebre líder comunista Luiz Carlos Prestes (GOMES, 1980, p. 2-3):

“Mas o aspecto mais estimulante desta história do morro do Borel está no ensinamento que nos transmite a respeito da *força que alcançam os explorados quando se unem e se organizam*. A história do surgimento da União dos Trabalhadores Favelados – hoje, União dos Moradores do Morro do Borel – revela a *força que pode alcançar a democracia quando posta em prática pelas próprias massas trabalhadoras*. (...) *Que este livro chegue às mãos do povo é pois o que desejo.*” (grifos meus)

Ou seja, na própria apresentação de “As lutas do povo do Borel” já podemos perceber três fatores. O primeiro é que se trata de uma história da UTF, objeto central do relato de Gomes. O segundo é que essa história é vista como um exemplo da “força que alcançam os explorados” quando, mobilizados e organizados, constituem um coletivo de reivindicação. O terceiro diz respeito à vontade e interesse de que essa história chegue “às mãos do povo”, ou seja, alcance um considerável grau de veiculação e se torne conhecida. Sua circulação, assim, possibilitaria o uso de um fato histórico, a criação e atuação da UTF, e suas interpretações como um exemplo de modelo a ser seguido, por significar “a força que pode alcançar a democracia quando posta em prática pelas próprias massas trabalhadoras”. Assim, notamos uma tendência ao uso do passado como um referencial positivo a ser seguido e considerado como modelo. Outro aspecto a ser sublinhado é o fato de que a memória e a atuação de um grupo dentro da UTF, ligado ao PCB, constituem o ponto de valorização desse discurso sobre o passado. Essa situação ocorre em um momento de disputa por grupos de esquerda dentro do próprio Borel¹¹.

É importante tecer considerações sobre a própria figura de Manoel Gomes. O autor de “As lutas do povo do Borel” foi um operário com papel de destaque na UTF, e sua figura pode adotar, de acordo com algumas perspectivas, uma certa aura mítica, como um trabalhador cuja ausência de oportunidades na vida foi convertida em uma profunda consciência crítica. Gomes possui todos os elementos para se constituir em um sujeito marcante para o imaginário tanto dos envolvidos na reorganização do movimento associativo do Borel, quanto pelos opositores à ditadura militar, por encarnar os símbolos de uma

¹¹ O PCB, conforme visto anteriormente, atuava no Borel desde os anos 1950. No final dos anos 1970, temos a entrada de mais dois grupos de oposição ao governo militar, que chegaram a atuar na luta armada, inclusive: a Ação Popular (AP) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). Esses grupos, assim como o PCB nesse período, realizaram uma série de ações no campo da cultura e da educação, como forma de arregimentar militantes e buscar uma influência em órgãos locais, como a associação de moradores. Por mais que não tivessem confrontos diretos, seu convívio foi marcado por uma certa tensão, o que não impediu, entretanto a realização de alguns projetos em conjunto. Não é objetivo deste artigo analisar essa convivência, mas para um maior aprofundamento do tema ver : AMOROSO, 2014.

ideologia de superação desse regime e do que era considerado como as estruturas geradoras das desigualdades sociais. Mais do que isso, ele representava uma realidade concreta, resultante das engrenagens e contradições do tão criticado sistema capitalista. Segundo a memória de Fernanda Carneiro¹² (depoimento de Fernanda Carneiro, 05/11/2009): “ (...) o seu Manuel, eu já disse que eu gosto de velho, maravilhoso *aquele discurso do operário, que eu acho muito mais verdadeiro que esses discursos teóricos.*” (grifos meus).

Outro aspecto a ser debatido é o reconhecimento que o próprio livro possui para os moradores do Borel, ou seja, o considerável valor simbólico do *suporte* da memória de Manoel Gomes, bem como os usos políticos construídos a partir deste. A criação de um registro material pode servir como um instrumento de permanência para uma memória que até então possuía a transmissão oral como principal veículo (depoimento de Josias Pereira, 24/09/2010): “Uma coisa certa que a gente pensava: tem que ter algo guardado para ficar na lembrança. Todo mundo falava sobre as lutas de antigamente, mas ninguém tinha nada anotado. (...) Tem que ter algo arquivado”. Com essa passagem, notamos a necessidade de meios de garantia da perpetuação dessas lembranças sobre as “lutas de antigamente”, e que elas possam ser consultadas, a exemplo de anotações ou de um arquivo.

Porém, gostaria de destacar que notas ou documentos para arquivamento se referem a suportes materiais, concretos. Ou seja, meios de inscrever a memória no mundo físico, e com isso, “materializar uma história” (depoimento de Mirian Gonçalves¹³, 23/09/2009): “Finalmente nós conseguimos materializar uma história, foi interessante, era bom ter isso. Um dia um amigo pediu o livro para emprestar para o filho ler. Pediu se podia emprestar, e aí eu disse que só tinha esse aqui e tinha ciúmes dele (risos)”.

Outro aspecto válido para a abordagem diz respeito ao “ciúme” da depoente, acima citada, com seu exemplar, o que denota o valor que o objeto possui para ela. Quando falavam do livro, temos exemplos de moradores que ou externalizavam o desejo de tê-lo em mãos, quando não o conseguiram na época do lançamento, ou justificavam o fato de não tê-lo mais, seja por terem-no emprestado e não conseguido reavê-lo, seja por outros motivos quaisquer, a exemplo desta passagem (depoimento de Ruth Barros, 15/01/2010):

¹² Militante da Ação Popular (AP) que atuou no Borel nos anos 1970 e 1980, período no qual construiu fortes laços locais. Participou de diversas atividades, como a organização de um curso pré-vestibular comunitário, sendo a responsável pela datilografia dos originais do livro de Manoel Gomes.

¹³ Filha do ex-militante do PCB e da UTF conhecido como “Boneco”, que chega a ter o nome mencionado por Manoel Gomes (1980, p. 50). A depoente, também filiada ao Partido Comunista, atuou no Borel na década de 1980, participando de chapas concorrentes à associação local e do grupo que organizou o jornal *Folha do Borel*.

“As pessoas me mostraram (o livro). Mas eu não consegui o livro não, não tinha o livro, não. (...). Eu achei interessante, bacana, falei: ‘Caramba...’, aquelas coisas que a gente fala, né? História do Borel, ah, eu vou querer ler porque é bacana, eu quero emprestado com alguém!”

Contudo, é preciso prestar atenção ao conteúdo registrado, tendo em vista os objetivos presentes nesse esforço de gravar em um suporte seus elementos, para entender o porquê dessa valorização presente na fala dos depoentes citados. De fato, ao nos debruçarmos sobre a obra de Gomes, é perceptível sua função de registro, através dos acontecimentos mencionados como marcantes pela memória do autor, além dos principais envolvidos. Há uma série de entreveros à preservação da memória de moradores de favelas, como sua condição desfavorável na hierarquia social, além da instabilidade de sua situação perante as esferas jurídicas. Tais elementos ganham tonalidades ainda mais desfavoráveis pelo fato de suas lembranças se referirem a um grupo de ligações com o Partido Comunista, sendo que, no momento de feitura do livro, ainda vivíamos em um período de repressão, mesmo que não em seu momento mais exacerbado.

A função de registro do livro em questão é perceptível em diversos momentos, como no caso do tratamento dos nomes dos moradores. Ao longo de suas páginas, são encontradas menções a 85 nomes de residentes do Borel, em diferentes situações. Como exemplo, temos a relação de nomes dos que seriam os mais antigos habitantes da favela (GOMES, 1980, p. 13):

“Entre os muitos moradores já radicados, vamos mencionar alguns deles, cujos nomes nos ocorreram à memória, como Leitão do Borel Velho, Ozório, Epaminondas, Chico Bigode, Bolinha (na gruta do mesmo nome), Seu Joaquim Carneiro da Chácara, Antônio Vizeu, Dona Luduvina, Leandro Chagas, Nelson de Moraes e Alcides Tatão da Ladeira do Leandro, Quintela, Lameira, Joaquim Quebe-quebe, Zé Turquinho, Zé Magro, João de Brito, Brandão do Borel Central, Chico Careca, Ferro-Velho, Tomás C. Barroso e seus irmãos Zequinha, Joaquim Casemiro e seu filho Zé Pereira, Antônio Mariniano, Dona Laura, José Rosa e muitos outros (...)”

A menção a esses “muitos moradores já radicados” é feita quando se explicita a a já citada ameaça de despejo pela imobiliária Borel Meuron, fator que impulsionou a criação da UTF. O relato expõe a existência de um grupo de moradores no local, que seriam afetados pela ação da imobiliária cuja consequência seria a perda de seus lares. Porém, Manoel Gomes (1980, p. 15) afirma em seu relato que os mesmos não aceitaram de forma passiva os atos da imobiliária:

“Foi quando os moradores receberam uma nova advertência para se mudarem dentro do prazo de 90 dias, pois, do contrário, os “donos” do morro recorreriam ao Judiciário e os despejariam. (...) *Foi daí que os moradores mais radicais resolveram tomar uma posição correta para reprimir esses abusos que já estavam enchendo o saco*”. (grifos meus)

Logo após essa colocação, são nomeados os que “resolveram tomar uma posição correta”. Reparem que alguns dos indivíduos citados se encontram na primeira relação de nomes acima¹⁴ (*idem*, p. 15-16):

“Entre os inconformados com esses subterfúgios destaca-se a atuação do cozinheiro da Marinha Mercante Izequiel Manoel do Nascimento, do português Casemiro Pereira – ali residente desde 1921 – da família de João de Brito, Francisco Antunes (o Chico Ferro-Velho), Francisco Martins e sua filha Célia, Chico da Luz, Zé Magro, João da Foice, José Pereira do Açougue, os Barroso (Joaquim e Zequinha), D. Lurdes e seu filho Jorge Neto, Leandro, Tatão, Nelson de Moraes, João Siqueira, e outros (...)”

Essas menções são feitas sem que houvesse sido realizado o contato com o advogado Magarinos Torres ou criada a UTF. Ou seja, esse fato atestaria a existência, segundo a fala de Gomes, de um grupo de moradores responsáveis por ações prévias de resistência aos interesses da Borel Meuron, o que colocaria o ato de buscar a permanência da favela como interesse inicial de um grupo de moradores, e não como sugestão de agentes externos.

A criação da UTF, segundo a memória de Gomes, seria uma sugestão do advogado Magarinos Torres, procurado para defender os interesses dos moradores do Borel em um futuro processo judicial, como forma de reunir condições para se precaver com os custos do embate jurídico que se anunciava (*ibidem*, p. 20):

“Dr. Magarinos dirigiu do alpendre a palavra aos favelados explicando a todos os presentes que, em vista deles não terem dinheiro para meterem demanda com a Borel Meuron Ltda., precisavam se organizar em uma associação onde todos colaborassem com uma pequena quantia como pagamento de suas mensalidades; fazendo assim, conseguiriam meios necessários para qualquer eventualidade que viesse a surgir”.

Para além do caráter inicial da organização do movimento, é igualmente abordada sua renovação através da participação de novos moradores que resolveram se agregar à causa

¹⁴ A contagem de 85 nomes não levou em consideração aqueles que se repetem.

(*idem*, p. 50):

“Nesse vai-e-vem da luta, acercou-se de Magarinos um numeroso grupo (...) que reforçados por um certo número de moradores recém-chegados ao Borel, constituíram um grupo de lutadores dispostos a ir até o final dessa árdua batalha (...) Entre os novos moradores, queremos destacar aqui a atuação de: Joaquim Silva de Pinheiros, que substituíra José de Oliveira na secretaria da UTF (entregando-a depois ao Manduca), dos irmãos Lira, Bonifácio e Zé Bento, Raimundo, Severino Juvêncio da Costa, Antônio Elniro, Zé Boneco, Joãozinho, os irmãos Dutra, Zé Baiano, os irmãos Felipe e mais outros (...)”

Com isso, temos passagens que revelam o registro de nomes de moradores associados a atuações específicas de um grupo político, como a resistência às ações de despejo, a organização da UTF e a renovação de seus militantes, além de outros aspectos que serão aprofundados posteriormente. A menção a nomes que formariam pequenos coletivos que se responsabilizariam por esses atos pode ser interpretada como uma estratégia discursiva para valorização da coletividade local, o que revelaria uma união entre os moradores em prol de sua organização associativa e da mobilização por suas reivindicações. Porém, essa valorização do coletivo está atrelada à memória sobre um grupo específico dentro da UTF ligado ao Partido Comunista, ou seja, está voltada para as lembranças de um setor da União relacionado a um partido que estará envolvido em disputas internas por espaços de atuação do Borel da virada dos anos 1970 para 1980, o que pode ser considerado como uma ferramenta a ser utilizada na concorrência política interna do Borel e no escopo mais amplo do movimento associativo de favelas, fato ao qual retornarei posteriormente.

Uma das características dos *lugares de memória*, vistos como manifestações fisicamente concretas da memória, é a sua dotação de três funções: material, simbólica e funcional (NORA, 1993). Além disso, esses *lugares* devem ser investidos pelo imaginário social de uma certa aura que os caracterize como tal, ou seja, “inicialmente, é preciso ter vontade de memória” (*idem*, p. 22). É possível estabelecer relações entre o livro de Manoel Gomes e a noção de *lugares de memória*. A obra possui as funções material, simbólica e funcional, além da “vontade de memória” e da aura que a investe com a função de *lugar de memória*, conforme pôde ser visto pelo valor significativo a ela atribuído nos depoimentos anteriormente citados¹⁵.

¹⁵ Sobre a relação entre grupos em posição desfavorável da hierarquia social, Nora, inclusive, chega a mencionar “a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados” (NORA, 1993, p. 13), o que nos faz lembrar a fala de Miriam Gonçalves anteriormente abordada.

No entanto, em minha análise, gostaria de focar a função material do livro de Manoel Gomes. Essa função de tornar material, ou seja, de colocar o passado em um suporte físico, está relacionada ao ato de estabelecer um elo com o que se passou, mas de forma com que essa ligação possibilite que diferentes gerações sejam tocadas por uma memória viva e possam construir significados sobre tradições, acontecimentos e ritos de um grupo¹⁶. Ao chamar atenção para essa função material, a ela me refiro como *memória material de favelas*, como forma de reforçar os elementos de sua materialidade, bem como sua função de estabelecer um registro físico.

Essa característica de estabelecer um registro físico da memória é o aspecto do qual deriva, em parte, friso, a importância atribuída pelos moradores do Borel a seus produtos de memória, uma vez que estamos tratando de um grupo social que, historicamente, tem acesso dificultado aos meios de construção de significados e representações sociais sobre si (SILVA, 2002). Desse modo, o fato de moradores do Borel estarem diretamente envolvidos na construção desse registro, a exemplo do crédito de autoria de Manoel Gomes no livro em questão, igualmente constitui um ponto de valorização.

De acordo com a memória dos contemporâneos ao lançamento de “As lutas do povo do Borel”, o mesmo foi visto como possuidor de uma tiragem pequena (Depoimento de Fernanda Carneiro, 5 de novembro de 2009): “Não era uma tiragem grande, era tudo meio manual, não tinha muito recurso”. Ou seja, por possuir uma tiragem pequena, feito por uma editora que não mais existe, e que estava sob responsabilidade de um grupo opositor ao governo vigente, estamos lidando com uma obra de exemplares esgotados e pouco acessíveis. Acessibilidade esta que, com o passar dos anos, tende a ficar cada vez mais dificultada, sem garantias concretas de reedição do livro por uma série de fatores, como o mencionado término da editora por ele responsável. Porém, tal situação não diminui, e talvez até aumente, a importância e o valor simbólico desse produto concreto, desse suporte material de memória, conforme visto anteriormente.

O lançamento do livro de Manoel Gomes se dá em um período caracterizado por Brodwyn Fischer (2008) como de uma grande expectativa e esperança pela concretização de direitos historicamente reivindicados por moradores de favelas. Mesma época que marca o surgimento das *favelas consolidadas* e a maior permanência desses espaços na paisagem urbana, dentre outros aspectos, inclusive os negativos (CAVALCANTI, 2007). Não creio que esses dois fatores constituam uma coincidência, sendo que a maior esperança pela

¹⁶ Essa perspectiva está baseada na ideia de *monumento histórico* desenvolvida por Françoise Choay (2001).

concretização de direitos pode ser vista como que caminhando junto com o gradativo distanciamento das ameaças de despejo, pelo menos para as maiores favelas da cidade. Dentro desse quadro, podemos igualmente mencionar a busca pelo direito à memória, que também atuaria como uma ferramenta para ressignificar a própria figura do morador de favelas no imaginário urbano, à qual historicamente tem sido atribuída uma série de valores negativos.

Contudo, tendo em vista o conteúdo do livro de Gomes, assim como os grupos e ações por ele abordados, é preciso se perguntar: a UTF era um órgão do qual todos os integrantes que a formavam partilhavam dessa mesma memória? As lideranças e os grupos políticos atuantes no Borel na época do lançamento do livro de Gomes igualmente partilhariam os significados dessa memória? Até onde o caminho discursivo adotado por Gomes e pelos responsáveis pela edição do livro não ocultaria tensões e disputas existentes tanto nos anos 1950 e 1960, auge da atuação da União, e na virada dos anos 1970 para os 1980, período de reorganização do movimento associativo de favelas que também afetou o Borel? Essas questões são fundamentais para se pensar o valor da memória material na qual se constitui “As lutas do povo do Borel”, não como o “registro pelo registro”, mas também levando em consideração seus usos políticos e as tensões e interesses presentes em seu processo de elaboração, no qual se envolveram sujeitos que passaram a atuar no Borel no período da abertura política do Brasil e da rearticulação do movimento associativo de favelas.

Conclusão

Um livro que relata a memória de mobilização de moradores de favelas escrita por um deles representa o acesso à voz sobre o passado de uma parcela da sociedade que não costuma tê-lo. Esse elemento constitui um sólido ponto de valorização para esses mesmos moradores. A valorização da memória de mobilização dos moradores do Borel será afirmada pela própria Faferj¹⁷, na figura do presidente que ocupou o cargo na virada do ano de 1979 para 1980 (COSTA, 1980, p. 24): “O Borel representa toda uma tradição de luta nos trabalhos para a filiação em 1954, apoiado pelo único deputado que tínhamos, Roberto Morena”. O reconhecimento do valor desse passado associativo pode ser interpretado como uma

¹⁷ Federação de Associações de Moradores de Favelas do Estado do Rio de Janeiro, órgão criado em 1963 com o nome de Federação de Associações de Moradores de Favelas do Estado da Guanabara. Foi um importante pólo de mobilização contra as políticas de remoções até 1969, com o maior fechamento da ditadura. Passa por um processo de renovação a partir do final dos anos 1970 (LIMA, 1989, BRUM, 2006).

afirmação dos moradores de favelas como sujeito político em uma época na qual se procurava reconstruir a democracia no Brasil, outro possível uso político para a obra de Gomes.

Ou seja, a partir do caso de um livro escrito por um antigo morador de uma favela do Rio de Janeiro, pode-se pensar a questão sobre o uso da memória como ferramenta de valorização de um grupo da sociedade. Um grupo que, tradicionalmente, possui dificuldades de acesso para a construção e veiculação de discursos sobre o passado, incluindo o seu próprio. Conforme mencionado anteriormente, outras iniciativas semelhantes ocorreram na cidade, em um período de reorganização do movimento associativo e de reconstrução da democracia, no qual diferentes setores sociais construíram propostas de intervenção no cenário político. A partir do caso de Manoel Gomes e sua “memória de lutas do Borel”, temos um interessante caso para pensar como grupos populares podem traçar estratégias para veicular seu discurso sobre o passado e buscar um uso político sobre o mesmo. Ficam as questões: quantos outros “Manoel Gomes” não existiram nesse período em outros contextos urbanos além do Rio de Janeiro, e qual foi a contribuição desses para o debate sobre as cidades?

Referências Bibliográficas

ABRANTES, Paulo Roberto de A. “*Novo período de redemocratização: política de urbanização. O novo e o velho, 1974-1980*”. In: VALLA, Victor (org.) *Educação e favela: políticas para as favelas do Rio de Janeiro (1940-1985)*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1986.

AMOROSO, Mauro. *Caminhos do lembrar: a construção e os usos políticos da memória no Morro do Borel*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2014.

BERSTEIN, Serge. “*La culture politique*”. In: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. (dir). *Pour une histoire culturelle*. Paris: Seuil, 1997.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

---. *Cidadania no Brasil: um longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CAVALCANTI, Mariana. *Of shacks, houses and fortresses: an ethnography of favela consolidation in Rio de Janeiro*. Tese de doutorado. Chicago: University of Chicago, 2007.

CARDOSO, Elizabeth, VAZ, Lílian F., ALBERNAZ, Maria Paula, AIZEN, Mário & PECHMAN, Roberto Moses. *História dos bairros, memória urbana: Tijuca*. Rio de Janeiro: João Fortes Engenharia/ Index Editora, 1984.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

COSTA, Marcus de Lontra. “*Favelas, Rio: a terceira cidade do Brasil*”. *Revista Módulo*. Rio de Janeiro, n. 57, fev. 1980.

- DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- FISCHER, Brodwyn. *A poverty of rights: citizenship and inequality in twentieth century Rio de Janeiro*. California: Stanford, 2008.
- GOMES, Manoel. *As lutas do povo do Borel*. Rio de Janeiro: Edições Muro, 1980.
- GONÇALVES, Rafael Soares. *Favelas do Rio de Janeiro: História e Direito*. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Pallas, 2013.
- GUIMARÃES, Valéria Lima. *O PCB cai no samba: os comunistas e a cultura popular (1945 – 1950)*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, 2009.
- GRYNSZPAN, Mario & PANDOLFI, Dulce. “*Memória de favelas, em favelas: favelas do Rio de Janeiro e direito à memória*”. In: GOMES, Angela de Castro (org.). *Direitos e cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.
- HARTOG, François & REVEL, Jacques. “*Note de conjuncture historiographique*” In: *Les usages politiques du passé*. Paris: EHESS, 2001.
- HEYMANN, Luciana Quillet. “*O devoir de mémoire na França contemporânea: entre memória, história, legislação e direitos*”. In: GOMES, Ângela de Castro. (org.) *Direitos e cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.
- HUYSEN, Andréas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos e mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- LAVABRE, Marie-Claire. “*De la notion de mémoire à la production des mémoires collectives*”. In: C’EFAÏ, Daniel (dir.). *Cultures politiques*. Paris: PUF, 2001.
- LEEDS, Anthony & LEEDS, Elizabeth. *A sociologia do Brasil Urbano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1978.
- LIMA, Nísia Trindade Verônica. *O movimento de favelados do Rio de Janeiro: políticas do Estado e lutas sociais*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: PPGSCP-IUPERJ, 1989.
- MAUÉS, Flamarion. “*Os livros de denúncia de tortura após o golpe de 1964*”. In: II Seminário Brasileiro do Livro e História Editorial. Rio de Janeiro: UFF/LIHED, 2009.
- MOREL, Marco. *Jornalismo popular nas favelas cariocas*. Rio de Janeiro: RIOARTE, 1986.
- NORA, Pierre. “*Entre memória e história: a problemática dos lugares*”. *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, dez. 1993.
- PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: memória e história do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Fundação Roberto Marinho, 1995.
- & GRYNSZPAN, Mário. “*Favelas e poder público: uma relação delicada*”. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.) *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.
- POLLAK, Michael. “*Memória, esquecimento e silêncio*”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: v. 2, n. 3, 1989.
- . “*Memória e identidade social*”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, n.10, 1992.
- SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo/Belo Horizonte: Cia. Das Letras/UFMG, 2007.
- SILVA, Luiz Antônio Machado da. “*A continuidade do “problema da favela”*”. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

VALLA, Victor & GONÇALVES, Jorge Ricardo. “*O período autoritário de remoções: destruindo a autoconstrução para “ensinar” a auto-ajuda, 1962-1973*”. In: VALLA, Victor (org.). *Educação e favela: políticas para as favelas do Rio de Janeiro, 1940-1985*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1986.

VALLADARES, Lícia. *Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1978.

ARTIGO ENVIADO EM: 18/09/2015
ACEITO PARA PUBLICAÇÃO EM: 21/11/2015